

TRAJETÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II NO CAMPO DO GÊNERO E DA SEXUALIDADE: o X da questão

Fausto Coimbra Alves Pereira¹



ISSN: Consultar em
revista.fagoc.br

RESUMO

O presente artigo lança um olhar para o Colégio Pedro II em uma perspectiva histórica, com objetivo de mostrar as transformações vividas em suas dependências a respeito das questões de gênero e sexualidade. A proposta é apresentar a trajetória contextualizada dessa instituição pública de ensino inaugurada em 1837, que durante 90 anos de sua história se dedicou à formação praticamente exclusiva de meninos e que, mais tarde, abrigou movimentos feministas e atualmente abre espaço para discussões de movimentos LGBTs.

Palavras-chave: Colégio Pedro II. Gênero. Sexualidade. Alunxs.

INTRODUÇÃO

Na segunda quinzena de setembro de 2015, a imagem de um cabeçalho de prova de uma das mais tradicionais instituições de ensino público federal do Brasil causou grande repercussão nas redes sociais e na imprensa. A prova de Biologia do Colégio Pedro II, unidade São Cristóvão (RJ), trazia a palavra “alunxs”, no lugar de “aluno”. O uso da letra “x” para substituir os artigos definidos “a” e “o” não é novidade. A busca por uma linguagem neutra de gênero é comum em movimentos feministas e LGBTs, mas

a adoção do recurso em um ambiente escolar tradicional – terceiro colégio mais antigo entre os em atividade no Brasil – abriu espaço para uma discussão mais ampla a respeito do tema.

De acordo com matéria publicada pelo *O Globo* (2015), as primeiras menções ao termo “alunxs” no Colégio Pedro II partiu do grêmio da instituição em seus jornais e informes. Ainda segundo a publicação, a prática chamou a atenção do professor de Biologia Alex Von Sydow que soube que o assunto já vinha sendo tratado em outras disciplinas, como Sociologia.

Com isso, comecei a tratar sobre o assunto de forma interdisciplinar nas minhas aulas.

Em uma prova, como resultado deste processo, coloquei “alunxs” no cabeçalho. Na hora da aplicação não teve resistência, mas depois alguns estudantes riscaram o termo e colocaram “aluno”. Foram poucos e isto é natural, afirma Alex. (GLOBO, 2015).

Em seu livro “Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista”, Guacira Lopes Louro (1997, p. 66) destaca que há alguns anos “estudosas/os” feministas vêm sugerindo fórmulas não sexistas de tratamento, mas que, enquanto “em algumas sociedades seus esforços estão sendo acolhidos e incorporados, em outras são ainda menosprezados ou ridicularizados”.

A repercussão causada pelo cabeçalho da prova de Biologia do Colégio Pedro II tornou a instituição alvo de duras críticas nas redes sociais, entre outras coisas, por “‘violar’ o português”. O jornalista Reinaldo Azevedo dedicou uma postagem em seu blog no site da *Veja* para co-

1 Doutorando em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de La Plata. Mestre em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Graduado em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC). Professor na Graduação da Faculdade Governador Ozanam Coelho (Fagoc).

mentar o fato. Com o título “Patrulha gayzista e feminazi chega ao Colégio Pedro II, uma instituição federal”, o jornalista opinou sobre o episódio.

Ah, Colégio Pedro II, de tão gloriosas tradições!!! Que mal o acometeu?

A escola federal, informa o jornal O Globo, já está submetida à ditadura das patrulhas dos grupos gays e feminazis, que pretendem, atenção!, “suprimir o gênero” das palavras no singular ou no plural quando elas designarem tanto homens como mulheres. Assim, no lugar do “o” e do “a”, entra uma letra “x”.

(...)

A boçalidade é de tal ordem que, no tal comunicado, lê-se o seguinte: “A entrada dos alunxs do turno da tarde”... Ora, “dos” é a contração da preposição “de” com o artigo definido, masculino e plural “os”. Logo, a se levar a cabo a estupidez, dever-se-ia escrever “a entrada dxs alunxs”.

(...)

Isso é de uma estupidez sem limite. De resto, se formos proceder a um estudo das origens latinas do gênero em português, muita coisa se explicará pela evolução da língua e nada tem de discriminação de gênero. (AZEVEDO, 2015)

O colégio se posicionou afirmando que não indica nem proíbe o uso de termos em que o gênero é suprimido. Em entrevista ao UOL Comportamento (2015), o reitor da instituição, Oscar Halac, destacou que a prática de utilizar o “x” no lugar dos artigos definidos não é institucionalizada, mas a ideia de alguns professores e alunos “é chamar atenção da sociedade e mostrar que, quando não há tolerância, só se causa dor e sofrimento ao próximo, pois a pessoa fica aprisionada em um corpo que não é seu”.

“Não é um problema que se reduz ao x em ‘alunxs’, o real xis da questão é a nossa capacidade de aceitar e conviver com pessoas mais felizes”, conclui Halac, que é responsável por um dos colégios mais tradicionais do Brasil, o qual atualmente conta com um núcleo de estudos em educação e diversidade. O núcleo oferece seminários, palestras, oficinas e fóruns voltados para estudantes e professores que se interessam pelo tema.

O posicionamento da reitoria do Colégio Pedro II a respeito da questão de gênero, re-

gistrado em Nota Pública, – somado à disponibilização de um espaço para a discussão do tema em suas dependências – em perspectiva com o posicionamento original da instituição de ensino, que durante 90 dos 177 anos de existência (em outubro de 2015) não permitiu o ingresso de estudantes mulheres, configura-se como uma oportunidade de fazer uma análise de caráter histórico das conquistas de movimentos feministas e GLBTs dentro do contexto educacional tradicional brasileiro.

DESENVOLVIMENTO

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas.

Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, “garantir” — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 57).

Origem do Colégio Pedro II

O Colégio Pedro II foi fundado no dia 2 de dezembro de 1837. O nome da instituição e a data de sua fundação homenageiam o segundo e último soberano do Império do Brasil, Dom Pedro II, que no dia completava 12 anos de idade. O ato da fundação foi oficializado por decreto regencial no dia 20 de dezembro e as aulas se iniciaram em março do ano seguinte – 1938.

O novo estabelecimento de ensino era guiado por valores europeus de civilização e progresso; o plano de estudos fundamentado nos existentes em outros países, sobretudo a França. Entre os objetivos da instituição estava a formação de uma elite nacional: políticos e intelectuais para os postos da alta administração, principalmente pública.

Trechos do discurso feito pelo Ministro do Império Bernardo Pereira de Vasconcellos na ocasião do início das aulas do Colégio Pedro II, em 25 de março de 1838, evidenciam o direcionamento educacional da instituição em sua origem:

(...) e a mocidade de par com as doutrinas, que hão de formar o seu coração e aperfeiçoar a sua intelligência, aprenderá a respeitar as leis e as instituições, e conhecerá as vantagens da subordinação e da obediência. Devo, porém, advertir a V Exc. que as regras consagradas neste Regulamento não são theorias inexpertas; elas foram importadas de paízes esclarecidos, têm o cunho da observação, tem o abono da prática e deram resultado de transcendente utilidade. Não vos assuste, pois, a sua literal observância: a mocidade brasileira não he menos talentosa, nem menos capaz de morigerar-se que a desses paízes onde elles tem muito aproveitado. (...) Nenhum cálculo de interesse pecuniário, nenhum motivo menos nobre, e menos patriótico, que o desejo da boa educação da mocidade e do estabelecimento de proveitosos estudos, influiu na deliberação do Governo. Releva, pois, ser fiel a este princípio; manter e unicamente adoptar os bons methodos; resistir a innovações que não tenham a sanção do tempo e o abono de felizes resultados; proscrever e fazer abortar todas as espertezas dos especuladores astutos que illaqueiam a credulidade dos pais de família com promessas fáceis e rápidos progressos na educação de seus filhos; e repelir os Charlatães que aspiram à celebridade, inculcando princípios e methodos que a razão desconhece, e muitas vezes assustada reprova. Que importa que a severidade de nossa disciplina, que a prudência e a salutar lenteza com que procedermos nas reformas afastem do collegio muitos alumnos? O tempo que he sempre o condutor da verdade, e o destruidor da impostura, fará reconhecer o seu erro. O Governo só fita à mais perfeita educação da mocidade: elle deixa (com um pequeno pezar) as novidades e a celebridade

aos especuladores, que fazem do ensino da mocidade hum tráfico mercantil, e que nada interessam na moral e na felicidade de seus alumnos. Ao governo só cabe semear para colher no futuro. (SOUZA, 1937 citado por MARINHO, 1997, p. 138).

A maior parcela de alunos Colégio Pedro II pertencia à elite econômica e política do país. Apesar de a instituição ser um estabelecimento público, não era gratuito, o aluno deveria arcar com uma quantia para se manter no educandário. Tal característica demonstra a seletividade de alunos na origem do colégio. O atendimento a estudantes sem recursos financeiros se limitava à admissão de “onze alunos internos, e dezoito externos” (MOISÉS, 2007).

Não havia proibição de ingresso de estudantes mulheres, no entanto, como observa a historiadora Rosana Llopis Alves (2009), durante o período Imperial “essa instituição de ensino constituiu-se num lugar exclusivamente masculino. Foram homens os seus dirigentes e todos os seus professores. A sua clientela estudantil restringiu-se aos meninos e rapazes, embora tal restrição não constasse o Decreto de fundação do Colégio de 2 de dezembro de 1837”. Esse documento era considerado um dos mais importantes da instituição e refletia, “de forma detalhada, prática e profunda, a sua filosofia educacional que visava a formação do cidadão disciplinado e erudito, apto a atuar numa sociedade hierárquica e elitista” (MOISES, 2007).

Mulheres no Colégio Pedro II

Na primeira metade do século XIX, no Brasil, o patriarcalismo ainda excluía as mulheres da cena social. No país, o patriarcalismo ainda era forte, porque, mesmo com a Independência (em 7 de setembro de 1822), as características principais da sociedade se mantiveram, isto é, o patriarcalismo baseado num meio de produção escravocrata.

A primeira lei referente à educação feminina, que data de 1827, menciona que as meninas podiam frequentar a escola somente até o nível elementar, sendo-lhes vedado o ingresso nas instituições de ensino superior. Dava-se destaque às prendas domésticas,

como a costura, em detrimento da escrita e aritmética que, aliás, era diferente da aritmética ensinada aos meninos. (FOLLADOR, 2009).

Durante o período Imperial no Brasil apenas algumas poucas mulheres tiveram a oportunidade de transitar pelo Colégio Pedro II. A presença de mulheres neste estabelecimento dedicado ao ensino secundário somente se efetuou no período Republicano, a partir da segunda metade da década de 1920.

Data de 1866 a primeira incursão da mulher nesse universo tipicamente masculino. Mais precisamente, nos dias 7, 14, 20, 26 e 30 de maio do citado ano, o Externato do Imperial Collegio de Pedro Segundo recebeu, numa de suas salas, certo público feminino para assistir a algumas conferências proferidas por Jean Louis Rodolphe Agassiz em companhia de sua esposa Elizabeth Cary Agassiz. (ALVES, 2009).

O naturalista visitou o colégio a convite do então reitor, Dr. Pacheco da Silva, e realizou na instituição palestras abertas a todos aqueles que desejasse ouvir e aprender. No período, trabalhos científicos e literários eram habitualmente apresentados na corte para um público cuidadosamente escolhido pelo Imperador. Mas a iniciativa de levar as apresentações para o espaço do colégio contou com o apoio de D. Pedro II, que esteve presente nas palestras em companhia da Imperatriz Tereza Cristina e das princesas. Dessa forma, a – pouco provável – presença de mulheres em um evento do gênero foi liberada pela própria família imperial. Certamente, a presença da esposa do palestrante, Elisabeth Cary, reforçou a frequência de mulheres naquelas tardes científicas.

Tanto na Europa, quanto na América, no século XIX foram registradas muitas mudanças para as mulheres no âmbito social. Foi um período em que elas reivindicaram direitos e tentaram igualá-los aos dos homens. No Brasil, foi principalmente na segunda metade do século XIX, ainda durante a era Imperial, que as mulheres lutaram para ampliar seus papéis na sociedade. A historiadora Kellen Jacobsen Follador (2009), citando Souza (2007), destaca que as

maiores transformações ocorreram “na década de 1870, quando mudanças socioeconômicas foram minando as bases do patriarcalismo”.

Após a presença de mulheres no Colégio Pedro II registrada em 1866, passaram-se 17 anos até que as mulheres novamente pudessem retornar à instituição, mas dessa vez não como ouvintes e sim estudantes. Em 1883, o professor da Escola de Medicina Dr. Cândido Barata Ribeiro conseguiu matricular suas filhas Cândida Borges Ribeiro e Leonor Borges Ribeiro. Mas o processo enfrentou algumas dificuldades, o então Reitor do Colégio, José Joaquim do Carmo, encaminhou o requerimento do pai das meninas, solicitando matrícula para ambas, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Pedro Leão Velloso. No documento, o Reitor emitiu sua opinião em relação a solicitação das matrículas: “[...] cumpre-me declarar que não encontro disposição expressa nem sei de precedentes que me autorizem a despachar favoravelmente esta pretensão” (COLÉGIO PEDRO II, 1858-1883: 228 citado por ALVES, 2009).

Alegando “não existir disposição legal proibitiva” (DÓRIA, 1997, p. 153 citado por ALVES, 2009), o Ministro Leão Velloso, através do Aviso nº 778 de 22 de fevereiro de 1883, determinou que as meninas fossem admitidas no Externato. A concessão abriu precedentes para que outras três alunas fossem matriculadas na escola “Maria Júlia Picanço da Costa, Maria Olympia de Moraes Kohn e Zulmira de Moraes Kohn, as duas últimas, futuras professoras, todas de importantes famílias estabelecidas no Rio de Janeiro”. (ANDRADE, 2000, p. 5 citado por ALVES, 2009).

Em 1885, o Colégio Pedro II contava com quinze alunas matriculadas e cinco ouvintes. A presença de mulheres no corpo discente da instituição levou o Reitor José Joaquim do Carmo, em ofício de 30 de maio do mesmo ano, a solicitar ao Ministro do Império, Senador Meira de Vasconcellos, a nomeação de inspetoras. No documento, ainda ressaltou “a conveniência de as alunas serem transferidas para a Escola Normal da Corte, para o Liceu de Artes e Ofícios ou para o curso noturno secundário que funcionava no colégio e que fora fundado pelo professor José Manoel Garcia” (ALVES, 2009).

No dia 20 de agosto de 1885, Meira de Vasconcellos saiu da Pasta do Império, cedendo lugar ao Senador Ambrosio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, que, por meio da Decisão nº 58 de 26 de setembro de 1885, acatou a sugestão do Reitor e solicitou que as meninas fossem transferidas para qualquer uma das instituições sugeridas. Como justificativa, alegou falta de verba para despesas com inspetoras de alunas.

A decisão, que excluiu as meninas matriculadas e proibiu acesso de alunas à instituição, representou um retrocesso na trajetória feminina no Colégio Pedro II. “Destinando-se o Imperial Collegio de Pedro II sómente ao ensino das pessoas do sexo masculino (...).” (BRASIL, 1886, p. 40 citado por ALVES, 2009). Dessa forma, exceto durante um pequeno período, ao longo do Império, o colégio foi uma instituição voltada para o público masculino.

1ª Conferência pelo Progresso Feminino de 1922 e o Colégio Pedro II

Em 1922, foi realizada, no Rio de Janeiro, a 1ª Conferência pelo Progresso Feminino. A iniciativa foi desenvolvida pela Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, criada em 1919, que mais tarde passou a se denominar Liga pelo Progresso Feminino e no evento se consolidou como Federação. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino se tornou “uma referência do movimento feminista brasileiro na primeira metade do século XX, com destaque especial para a conquista do sufrágio feminino alcançado em 1932” (MARINHO, 2007).

A tese geral da conferência foi “a colaboração da Liga pelo Progresso Feminino na educação da mulher no bem social e aperfeiçoamentos humanos”. A importância dada à Educação pelas congressistas foi significativa, pois ao tema se dedicou a Comissão de Educação e Instrução, que discutiu “sobre a educação e instrução da mulher: nacionalização do ensino público, das escolas profissionais, da educação doméstica; ensino primário, secundário e superior”. Na comissão, foram colocadas preocupações com a educação escolar das mulheres, entre elas: a abertura das escolas de nível secundário e superior às mulheres, como era o

caso do Colégio Pedro II de ensino secundário destinado, naquele momento, exclusivamente aos meninos.

Somente em 1926, a instituição voltou a receber estudantes mulheres. “Nesse ano, interpretando liberalmente o decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, o Diretor Geral do Departamento Nacional do Ensino, Juvenil da Rocha Vaz, autorizou a matrícula de uma menina, de nome Yvonne Monteiro da Silva, no Externato do Colégio Pedro II” (ALVES, 2009). O ingresso da estudante na instituição representou uma vitória para o movimento feminista, que reivindicou na Conferência de 1922 a possibilidade de mulheres ocuparem os bancos escolares do colégio.

O ingresso de Yvonne abriu precedente para outras matrículas de estudantes do sexo feminino no Pedro II. Como primeira aluna a ser matriculada e a receber o grau de Bacharel depois de seis anos de estudo, no mesmo ano de sua formatura, em 1931, como símbolo dessa luta, ela recepcionou alguns membros do 2º Congresso Internacional Feminista, quando em visita à instituição.

A partir de 1927, após noventa anos a contar do momento da criação do colégio, as meninas passaram a ocupar definitivamente os bancos escolares do Pedro II. “Segundo o Secretário do Externato dessa época, o Sr. Octacílio A. Pereira, no citado ano letivo, num total de 746 alunos matriculados, 717 pertencem ao sexo masculino e 29 ao sexo feminino” (PEREIRA, 1937, p. 14 citado por ALVES, 2009). No entanto, a admissão regular de alunas só ocorreu pouco mais tarde, com a Reforma Francisco Campos² (1931/1932).

A partir desse momento, ano a ano, a

2 A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Essas medidas procuravam produzir estudantes secundaristas autorregulados e produtivos, em sintonia com a sociedade disciplinar e capitalista que se consolidava, no Brasil, nos anos de 1930. A Reforma Francisco Campos, dessa forma, marca uma inflexão significativa na história do ensino secundário brasileiro, pois ela rompe com estruturas seculares nesse nível de escolarização (DALLABRIDA, 2009).

mulher vem ganhando espaço no Colégio Pedro II. O acesso de meninas ao corpo discente foi um importante primeiro passo nessa luta. Atualmente, há um equilíbrio entre o número de alunos e alunas. A presença da mulher no colégio em seguida se estendeu ao corpo docente, assim como a outros cargos pedagógicos e administrativos. Em 2009, dos 974 professores, 635 eram do sexo feminino. No período, dos 16 Departamentos Pedagógicos, 12 estavam sob a responsabilidades de mulheres; e das 16 Unidades Escolares, 9 eram dirigidas por elas. A Direção Geral do Colégio Pedro II – até a data de conclusão do presente trabalho – está a cargo de Vera Maria Ferreira Rodrigues.

A historiadora Rosana Llopis Alves (2009) observa que

a trajetória dessas mulheres que ajudaram a escrever a história do Colégio Pedro II é possível concluir que a inserção feminina nessa instituição de ensino foi fruto de um longo e difícil processo. O antigo Imperial Colégio de Pedro Segundo, voltado exclusivamente para a educação dos meninos, cedeu vez a um Colégio onde também a mulher pode construir seu espaço.

Abertura para novas identidades de gênero no Colégio Pedro II

A não ser pressionado por vozes fortes e insistentes, não damos nome à norma, ao normal e ao processo social de normalização, muito menos os consideramos desconcertantes, objetos de estudo. A análise do anormal, do diferente e do outro, das culturas da minoria, aparentemente tem despertado um interesse muito maior (KATZ, 1996, p. 27 citado por LOURO, 1997, p. 50).

Citando a obra “A invenção da heterossexualidade”, de Jonathan Katz, Guacira Lopes Louro observa que é por isso que hoje se escreve a “história das mulheres” e não uma “história dos homens” — “afinal, esta última é a História geral, a História oficial”. A historiadora ainda cita Stuart Hall (1992, p. 6 citado por LOURO 1997, p. 51), que recorre a Laclau para dizer: “As sociedades da modernidade tardia (...) são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que

produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” — isto é, de identidades — para os indivíduos”.

Dentro desse contexto se verifica que, com o passar dos anos, as conquistas dos movimentos feministas vêm sendo incorporadas à sociedade (vêm se “normalizando”). Nos corredores das instituições educacionais, entre elas o Colégio Pedro II, também ecoam as transformações e “normalizações”, que colocam em destaque novas diferenças e abrem espaço para novas lutas, que ultrapassam o campo dicotômico (e restrito) de embates mulher vs. homens.

Um exemplo é o acontecido na unidade de São Cristóvão do Colégio Pedro II, em setembro de 2014, onde um grupo de estudantes saiu em defesa de uma colega transexual. De acordo com matéria publicada no site do jornal O Globo (MENINOS..., 2014), a estudante, que costumava usar o nome de batismo masculino e uniforme para meninos, decidiu contrariar as normas da escola trocando a calça por uma saia em um dos intervalos de aula. A estudante então recebeu a recomendação de que trocasse a saia pela calça. Ela atendeu à solicitação, mas os colegas de turma não aprovaram o ocorrido e decidiram protestar contra a atitude da secretaria. Aproximadamente 15 estudantes, tanto alunos, quanto alunas, decidiram ir à aula usando saias.

É curioso notar, colocando a história do Colégio Pedro II em perspectiva, que, segundo informou a escola, o ato foi apoiado pela direção por “promover a diversidade sexual”. No entanto, o colégio alegou que o Código de Ética Discente não permite que alunos do sexo masculino utilizem o uniforme feminino; afirmou ainda que, até então, a estudante não havia manifestado a vontade de utilizar outra identidade de gênero. A discente precisou seguir utilizando uniforme masculino, mas a instituição de ensino não rejeitou a possibilidade de reformular o código de conduta: “Ressaltamos que o atual Código de Ética Discente está sendo reformulado com a participação de toda a comunidade escolar, contando inclusive com a participação ativa dos alunos, que podem sugerir as alterações que acharem necessárias”. O posicionamento representa um significativo avanço no que diz respeito à postura

do Colégio Pedro II, principalmente em relação aos 90 primeiros anos de existência.

Como já observado, no que diz respeito à questão de gênero, à medida que as pautas feministas vêm sendo gradativamente atendidas e incorporadas, novas demandas sociais surgem e ganham espaço, entre elas as dos movimentos LGBTs. Tais lutas contribuem para o processo de complexificação³ da sociedade, que, por sua vez, serve de terreno fértil para que novos grupos deem voz a seus anseios. Como explica Edgar Morin (2000, p. 36), “há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis e constitutivos do todo (...), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si”. Seguindo essa linha de raciocínio, Louro (1997, p. 51) demonstra que a complexidade é inerente ao próprio ser humano:

De fato, os sujeitos são, ao mesmo tempo, homens ou mulheres, de determinada etnia, classe, sexualidade, nacionalidade; são participantes ou não de uma determinada confissão religiosa ou de um partido político... Essas múltiplas identidades não podem, no entanto, ser percebidas como se fossem “camadas” que se sobrepõem umas às outras, como se o sujeito fosse se fazendo “somando-as” ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes “posições”. Essas distintas posições podem se mostrar conflitantes até mesmo para os próprios sujeitos, fazendo-os oscilar, deslizar entre elas — perceber-se de distintos modos. Entender dessa forma os efeitos dos vários “marcadores” sociais obriga-nos a rever uma das ideias mais assentadas nas teorias sociais críticas, isto é, a de que há uma categoria central, fundamental — consagradamente a classe social — que seria a base para a compreensão de todas as contradições sociais. Se aceitamos que os sujeitos se constituem em múltiplas identidades, ou se afirmamos que as identidades são sempre parciais, não-unitárias, teremos dificuldade

de apontar uma identidade explicativa universal. Diferentes situações mobilizam os sujeitos e os grupos de distintos modos, provocam alianças e conflitos que nem sempre são passíveis de ser compreendidos a partir de um único móvel central, como o antagonismo de classe. (LOURO, 1997, p. 51)

Analizar as contribuições de Edgar Morin e Guacira Lopes Louro ao presente trabalho permite chegar ao entendimento de que contextos de maior liberdade (conquistados à custa de duras lutas) e contribui para que a complexidade inerente aos sujeitos aflore e complexifique o ambiente social que os cercam.

As pautas da 1ª Conferência pelo Progresso Feminino de 1922, por exemplo, reverberaram no Colégio Pedro II, e, quatro anos depois, a instituição voltou a receber estudantes meninas em caráter definitivo. Com esse avanço, esse maior grau de liberdade, em 1931, o espaço educacional recebeu em suas dependências o 2º Congresso Internacional Feminista, que contou com a participação da primeira aluna matriculada em 1926 e a primeira mulher a receber o grau de Bacharel no colégio, Yvone Monteiro da Silva, que ainda discursou em “sessão especial que ocorreu no salão nobre, por ocasião da visita das feministas ao Colégio” (ALVES, 2009).

A abertura para novas vozes na instituição segue crescendo. Em março de 2015, foi criado o Laboratório de Estudos em Educação e Diversidade (LEDi). O núcleo de estudos e pesquisas é cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPQ e composto por docentes e técnico-administrativos do Campus São Cristóvão II. O LEDi tem por atribuições coordenar seminários, palestras, oficinas, grupos de estudo e outros fóruns relacionados à questão da diversidade e à problematização da diferença. “Estamos interessados em investigar e desconstruir os mecanismos que determinam o que pode ser considerado ‘normal’ ou ‘aceitável’. Mecanismos esses que acabam criando grupos de pessoas estigmatizadas dentro da sociedade e do espaço escolar” (LABORATÓRIO..., 2015), enfatizou a coordenadora do projeto Cristiane Cerdara, em matéria publicada no site do Colégio Pedro II.

³ Complexificação é ação de se tornar complexo (*complexus*), que, segundo Edgar Morin (2000, p. 36), significa o que foi tecido junto.

Dentro da referida proposta, entre os dias 24 e 28 de agosto de 2015, o Colégio Pedro II realizou a I Semana da Diversidade de Gênero no Campus São Cristóvão III. De acordo com a matéria **SCIII debate diversidade de gênero**, publicada pela *Coordenadoria de Comunicação Social* da instituição, a iniciativa foi realizada para discutir a evolução de gênero no mundo contemporâneo frente ao tradicionalismo do masculino e feminino. “Considerando a multiplicidade de discursos que diariamente entram em embate, não se pode mais conceber que o binarismo de gêneros, por décadas perpetuado, siga normatizando e oprimindo as pessoas que não se identificam com ele” (SCIII..., 2015), argumenta uma das organizadoras do evento, a professora de Sociologia Raquel Simas. “A diversidade de gêneros e sexual está ganhando cada vez mais visibilidade, e esse debate não pode ficar de fora da escola, que tem papel importante na formação da juventude”, conclui Raquel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante notar no entanto que, embora presente em todos os dispositivos de escolarização, a preocupação com a sexualidade geralmente não é apresentada de forma aberta. Indagados/as sobre essa questão, é possível que dirigentes ou professores/as façam afirmações do tipo: “em nossa escola nós não precisamos nos preocupar com isso, nós não temos nenhum problema nessa área”, ou então, “nós acreditamos que cabe à família tratar desses assuntos”. De algum modo, parece que se deixarem de tratar desses “problemas” a sexualidade ficará fora da escola. É indispesável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz o reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz, podemos estender as análises de Foucault, que demonstraram o quanto as escolas ocidentais se ocuparam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos. Essa presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos

discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina de “educação sexual”, da inclusão ou não desses assuntos nos regimentos escolares. A sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”. (LOURO, 1997, p. 80 e 81).

A fala de Guacira Lopes Louro resume de forma clara o que ainda muito comumente acontece em ambientes escolares a respeito de questões de gênero e sexualidade, como também demonstra parecer não haver outro caminho para combater a desigualdade se não por meio do entendimento de que a “sexualidade está na escola porque faz parte dos sujeitos”. Tal compreensão é chave para transformações mais amplas e efetivas em contextos de desigualdade.

No entanto, para seguir nesse caminho, é preciso que se admita

que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 1997, p. 85-86).

Ao lançar um olhar para o Colégio Pedro II em uma perspectiva histórica, no que diz respeito a questões de gênero e sexualidade, é possível reconhecer que a instituição foi – e ainda é – palco para a interferência supracitada. Ainda na década de 1930, o colégio abrigou movimentos feministas e hoje demonstra ser espaço aberto para discussão de pautas de movimentos LGBTs. Observar tais práticas em um espaço educacional que, durante

quase um século, não aceitou mulheres no corpo discente, docente e administrativo é um exemplo de avanços sociais conquistados por meio de constantes lutas que, de vitória em vitória, vêm abrindo espaço para a pluralidade, para que a dissonância das vozes das minorias se torne consonância e que o processo de normalização se amplie.

Muito ainda há a avançar nesse campo, mas também muito já foi feito até aqui. Em um campo de batalha, com os soldados cansados e com ainda muito a lutar, o melhor é dar mais destaque para as vitórias do que para as derrotas. Olhar para a trajetória do Colégio Pedro II pelos campos (de batalha) do gênero e da sexualidade pode ser um bom caminho para manter um bom fôlego para se continuar lutando em outras frentes...

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rosana Llopis. *Trajetórias femininas no Colégio Pedro II*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II**: o feminino como exceção. [s.l.: s.n.], 2000. 9 f.
- ANDRADE, Thamires. **Professores se referem a estudantes como “alunxs” para não destacar gênero**. Disponível em: <<http://mulher.uol.com.br/comportamento/noticias/redacao/2015/09/25/professores-se-referem-a-estudantes-como-alunxs-para-nao-destacar-genero.htm>>. Acesso em: 13 out. 2015.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Patrulha gayzista e feminazi chega ao Colégio Pedro II, uma instituição federal**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/patrulha-gayzista-e-feminazi-chega-ao-colegio-pedro-ii-uma-instituicao-federal/>>. Acesso em: 13 out. 2015.
- COLÉGIO PEDRO II. Livro de Correspondência do Reitor do Externato do Imperial Colégio de Pedro Segundo com o Ministro do Império. [Rio de Janeiro: Colégio Pedro II], 1858-1883. 238 f.
- COLÉGIO PEDRO II. Colégio Pedro II – Histórico. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/ocolegio/historico.htm>>. Acesso em: 14 out 2015.
- COLÉGIO PEDRO II. Laboratório de Estudos em Educação e Diversidade inicia atividades no dia 24. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/3564-laborat%C3%83rio-de-estudos-em-educa%C3%A7%C3%A3o-e-diversidade-inicia-atividades-no-dia-24.html>. Acesso em: 21 out 2015.
- COLÉGIO PEDRO II. SCIII debate diversidade de gênero.

Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/211-noticias2015/3391-sciii-debate-diversidade-de-g%C3%AAnero.html>. Acesso em: 21 out 2015.

COLÉGIO PEDRO II. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Col%C3%A9gio_Pedro_II>. Acesso em: 13 out. 2015.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário.

Educação (PUCRS. Impresso), v. 32, p. 185-191, 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/viewFile/5520/4015>>. Acesso em: 19 out. 2015.

DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)**. 2. ed. Brasília: INEP, 1997. 302 p.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato&versões**, n. 2, v. 1, p. 3-16 / 2009. Disponível em: <https://www.academia.edu/3784126/A_MULHER_NO_PATRIARCADO_BRASILEIRO>. Acesso em: 15 out. 2015.

KAPA, Raphael. **Professores do Pedro II adotam termo ‘alunxs’ para se referir a estudantes sem definir gênero**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/professores-do-pedro-ii-adoptam-termo-alunxs-para-se-referir-estudantes-sem-definir-genero-7564795#ixzz3oSra3cjv>>. Acesso em: 9 out. 2015.

KATZ, J. **A invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 1997.

MARINHO, Nailda. Educação e movimento feminista: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931). In: I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, 2007, Niterói. UFF, 2007. v. 1. p. 1-16.

MENINOS do Colégio Pedro II vão à escola de saia em apoio a colega transexual. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/meninos-do-colegio-pedro-ii-vao-escola-de-saia-em-apoio-colega-transexual-13893794#ixzz3o6o08Aex>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MOISES, Alzenira Francisca de Azevedo. **O colégio Pedro II: controvérsia acerca de sua fundação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. 2007. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2007_alzenira.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Ed. Cortez, 2000; Brasília, DF: UNESCO, 2000. 2. ed.

PEREIRA, Octacílio A. **O Colégio Pedro II nos últimos dez anos (1927-1937)**. Rio de Janeiro: Typografia Alba de Moreira Cardoso & Freitas Ltda., 1937.

SOUZA, Alinaldo Faria de. **Entre a reclusão e o enfrentamento: a realidade da condição feminina no**

Espírito Santo a partir dos autos criminais (1845-1870):
desmistificando estereótipos. 2007. 143 f. Dissertação
(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História
Social das Relações Políticas, Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais,
Vitória, 2007.

SOUZA, Octavio Tarquínio de. **Bernardo Pereira de
Vasconcellos e seu tempo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.